

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 116.214 - AL (2019/0226424-7)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
RECORRENTE : YASMIN FRANÇA DA SILVA
ADVOGADO : RONALD PINHEIRO RODRIGUES E OUTRO(S) - AL014732
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

EMENTA

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. PROIBIÇÃO DE MANTER CONTATO COM OUTROS ACUSADOS. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO IMPROVIDO.

1. Para a aplicação das medidas cautelares diversas da prisão, exige-se fundamentação específica que demonstre a necessidade e adequação de cada medida imposta no caso concreto.
2. Apresentada fundamentação concreta para a imposição das medidas cautelares, evidenciada na periculosidade da acusada, ante o *modus operandi* empregado na prática dos crimes, e no fato de a recorrente integrar organização criminosa –, não há que falar em ilegalidade da decisão que estabeleceu as medidas cautelares.
3. No mais, tendo sido justificadas as medidas cautelares em razão do risco de interferência no processo, já que os crimes imputados à recorrente teriam relação com o contato que mantinha com os demais acusados, inexistente ilegalidade a ser reparada.
4. Recurso em *habeas corpus* improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao recurso ordinário, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Presidente

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator